

Procuradora manda passar à lupa casos de crianças em risco

Maus-tratos. Depois da morte de Bia, PGR quer saber como estão os processos. E assume falta de magistrados para fiscalizar comissões

RUTE COELHO

A procuradora-geral da República pediu aos magistrados que fiscalizam os processos das comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) para lhe entregarem informação atualizada sobre casos graves de maus-tratos, negligência e abusos sexuais a crianças que estejam pendentes nas CPCJ há mais de seis meses sem uma medida de proteção decretada. Joana Marques Vidal quer saber quantos são e em que estado se encontram os processos de “maior risco” de crianças e jovens.

Numa resposta por escrito a questões efetuadas pelo DN, a PGR assumiu que a fiscalização dos magistrados do Ministério Público junto das comissões de menores tem sido dificultada pela falta de magistrados nos tribunais de Família e Menores. Sem fiscalização eficaz dos casos em que crianças e jovens correm risco de vida, é quase impossível evitar desfechos trágicos como o de Bia, a criança de 2

anos que terá sido morta pelo padrasto e estava sinalizada há seis meses pela CPCJ. Ou seja, todo o sistema de proteção de crianças fica comprometido.

“A Procuradoria-Geral da República defende a necessidade de o Ministério Público exercer estas funções de interlocução junto das comissões de Proteção de Crianças e Jovens de uma forma mais próxima e mais efetiva”, respondeu ao DN o gabinete de Joana Marques Vidal. “Este exercício de funções muitas vezes tem sido dificultado

Tribunais de Família e Menores precisam de mais magistrados

pela carência de magistrados nos tribunais de Família e Menores. Contudo, e considerando que em causa está a proteção de crianças e jovens, entende-se que é necessário um esforço para proceder ao levantamento das situações de maior risco”, concluiu.

O DN confirmou junto de fontes ligadas às comissões que esse pedido da PGR aos procuradores interlocutores (um por cada comis-

são) foi feito no início desta semana. Recorde-se que Maria Isabel, Bia – a criança de 2 anos que terá sido morta pelo padrasto há quase uma semana, em São Julião do Tojal, Loures – estava sinalizada há seis meses pela CPCJ de Loures sem que tenha sido decretada qualquer medida de proteção da menor.

O DN contactou algumas comissões com significativo volume processual como Amadora, Lisboa Norte, Setúbal e Palmela. Os seus responsáveis garantiram que a atualização dos processos pendentes há mais de seis meses, sem uma medida de proteção fixada, tem sido dada mensalmente ao magistrado do MP, como manda a diretiva conjunta entre a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e a PGR. Mas Joana Marques Vidal quer, ainda assim, um levantamento mais rigoroso.

Casos organizados por cores

O protocolo de articulação das CPCJ com os procuradores do Ministério Público, em vigor desde 2009, é muito claro e exigente quanto à prática a seguir. Nos casos mais graves de crianças e jovens ví-





Joana Marques Vidal quer fiscalização mais efetiva das CPCJ

timas de maus-tratos, negligência grave e abusos sexuais (no seio da família ou fora dela), a CPCJ é obrigada a elaborar mensalmente uma listagem destes três tipos de processos, organizando-os com capas de cores diferentes e apresentando-os, devidamente paginados, ao magistrado interlocutor. Já este deverá fazer uma visita à comissão, pelo menos, uma vez por mês e incidir a fiscalização, em particular, nos processos de maus-tratos, negligência grave e abusos sexuais. Além de ver os processos e colocar um “visto”, datado e rubricado, o magistrado deve preencher uma ficha de fiscalização individual atualizada nas deslocações seguintes que fizer à comissão respetiva.

Aparentemente, todo este rigor não terá sido cumprido no caso de Bia. Houve logo uma falha que o DN já noticiou: a CPCJ não comunicou automaticamente ao Ministério Público a denúncia anónima de maus-tratos a Bia, como é obrigatório por lei. Se o tivesse feito, teria sido logo aberto um inquérito-crime. Mas, em seis meses, o procurador interlocutor também terá visto o processo e verificado que não havia qualquer medida de proteção fixada à criança.

O DN soube que Bia deu entrada a 25 de agosto no Centro de Saúde de Loures com registo de maus-tratos físicos. O relatório dos médicos seguiu para o Núcleo de Crianças e Jovens em Risco do concelho. O núcleo percebeu que havia antecedentes de maus-tratos relativamente ao irmão de Bia, de 4 anos (que está internado no Hospital de Santa Maria e deverá ser retirado à mãe), em duas situações diferentes. O processo foi, então, encaminhado para a CPCJ em setembro. Segundo noticiou o JN, a intervenção da CPCJ de Loures ficou parada a pedido do núcleo, que pediu um tempo porque estava a intervir e a mãe da criança mostrava-se colaborante.